

Os desafios na trajetória da construção do conhecimento científico: pistas e encaminhamentos para pesquisa em educação

Milena Inês Sivieri Pistori¹

RESUMO: Analisa-se, neste texto, a trajetória da construção do conhecimento científico e seu delineamento na pesquisa em educação. O texto está estruturado em três partes que se complementam e que são tratadas progressivamente no decorrer deste estudo. Na primeira etapa, tratam-se de questões que abordam a pesquisa em geral, tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais e humanas, as perspectivas teóricas a respeito da produção do conhecimento e suas abordagens metodológicas. Num segundo momento, é dado enfoque à pesquisa em educação e como suas vertentes epistemológicas fornecem substrato à investigação científica. Por derradeiro, o texto traz alguns encaminhamentos para a realização de uma pesquisa em políticas públicas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento científico; Abordagem epistemológica; Educação - Pesquisa.

ABSTRACT: It is analyzed, in this text, the trajectory of the construction of the scientific knowledge and its delineation in the research in education. The text is structuralized in three parts that if complement and that they are treated gradually in elapsing of this study. In the first stage, they are about questions that approach the research in general, as much in natural sciences as in social sciences and human beings, the theoretical perspectives regarding the methodological production of the knowledge and its boarding. At as a moment, approach to the research in education is given and as its epistemological sources supply substratum to the scientific inquiry. For last, the text brings some directing for the accomplishment of a research in educational public politics.

KEY WORDS: Scientific knowledge; Epistemological boarding; Education - Research

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação – e integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Educação Superior (GEPES) da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB sob a orientação e coordenação da Prof^a Dra. Mariluce Bittar. msivieri@ucdb.br

Introdução

O conhecimento tanto pode ser originário do senso comum (apreendido e assimilado com base em práticas comuns – não-científicas), como também construído fundamentando-se em atividade de pesquisa, com métodos e técnicas apropriadas resultando no que se denomina 'conhecimento científico'. Assim o é porque essa atividade de construção é a própria ciência, sendo esta a "forma superior do processo do conhecimento". (Pinto, 1979, p. 84). Ciência é, pois, um estudo de determinado objeto por meio do qual se busca produzir um conhecimento elaborado (observação, experimentação e verificação), falível. A falibilidade, como decorrência deste processo sistematizado, garante a validade da ciência. A ciência se caracteriza por ser atividade metódica, porque tenta explicar a realidade mediante ações sistemáticas, organizadas e que, portanto, podem ser reconstruídas. O fato de que o conhecimento científico não é uma verdade acabada, mas sim transitória, atribui a característica de ciência à atividade científica. A possibilidade de o conhecimento científico ser refutado não lhe retira a cientificidade, ao contrário, reforça-a, uma vez que em determinadas condições de espaço, tempo e circunstâncias tais, aquele conhecimento científico produzido era válido, eficaz e 'verdadeiro'. Por isso, a verdade é histórica e não irrefutável. "Embora as generalizações científicas não possam ser comprovadas, podem ser refutadas. Hipóteses científicas seriam, portanto, passíveis de serem refutadas, ou seja, seriam potencialmente falseáveis ou refutáveis". (Popper, apud Alves-Mazzotti, 1998, p. 5-6).

A pesquisa é, portanto, elemento essencial nessa construção do conhecimento científico, uma vez que a mesma se apresenta como um caminho procedimental para obter esse conhecimento e fazer ciência. Para tanto, é mister que a pesquisa tenha rigor metodológico e procedimental, seja racional. Isto implica afirmar que existe: a) um problema de pesquisa que tanto pode advir de uma ação prática, como de um campo de conhecimento, como de uma teoria pré-concebida; b) uma fundamentação teórica, em que se buscam as fontes teóricas e estudos empíricos; c) objetivos, justificativas e hipóteses norteadoras; d) escolha dos procedimentos metodológicos; e) desenvolvimento de trabalho empírico; f) organização dos dados obtidos; g) análise e discussão dos resultados; e h) conclusões e possível apresentação de novos temas de investigação, que se coadunem com o problema inicial proposto.

Entre os aspectos mencionados, a metodologia é compreendida como a teoria do conhecimento em que se alicerça a pesquisa – base teórica fundamental -, a fim de que a mesma possua rigor científico plausível e seja passível de ser refutada utilizando-se do mesmo método, ou seja, dos mesmos fundamentos teóricos anteriormente utilizados. "É o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade". (Minayo, 1986, p.22).

Assim, o conhecimento científico pode ser obtido em qualquer seara, ou seja, sobre qualquer objeto, inclusive a educação. Essa aferição é possível desde que a produção científica seja conduzida mediante pesquisa realizada com rigor; a pesquisa deve estar bem fundamentada para possuir confiabilidade no resultado. Neste sentido, é plenamente possível que se realize a busca pelo conhecimento científico nas áreas humanas e sociais, embora alguns estudiosos refiram-se à inconsistência e falta de cientificidade das pesquisas em ciências sociais e humanas justamente pelo fato

de que o pesquisador é parte do fenômeno estudado, gerando um grau de parcialidade nos resultados. Todavia, essa proximidade do pesquisador com o fenômeno estudado é essencial na análise, posto que não é possível estudar um fenômeno em que o ser humano é parte sendo em relação a ele, plenamente objetivo, neutro.

O fato de constituir uma busca sistemática do conhecimento, cujos métodos são construídos através da prática dos pesquisadores de uma dada área e validados pelo acordo intersubjetivo entre esses pesquisadores, distingue a pesquisa científica, ou a produção de conhecimentos confiáveis, de outras práticas sociais. (Alves-Mazzotti, 1998, p. 145-146).

Por se tratar de um trabalho de metodologia, é neste enfoque que a problemática citada toma forma e se explica nas diferentes abordagens do objeto de estudo, trazendo à baila a discussão dos métodos e técnicas de pesquisa, introduzindo eixos temáticos que provocam reflexões acerca dos caminhos a serem percorridos pelo pesquisador em ciências sociais e humanas, mais particularmente em políticas públicas educacionais. Constitui-se numa problematização de conceitos usualmente empregados para a construção do conhecimento científico e numa forma de teorizar os fatos da prática social, valendo-se de conceitos já existentes e analisando a possibilidade de mudar esses conceitos, reconstruindo-os, numa constante busca pelo conhecimento científico melhor explicitado. Entendendo-se, desde já, que não há, por meio da investigação científica, comprovação das hipóteses com os resultados obtidos, ou seja, que o conhecimento científico não é conhecimento comprovado, mas sim apreendido a começar de determinadas circunstâncias de espaço e de tempo e que provavelmente é 'verdadeiro'. (Chalmers, 1997, p. 41).

O reconhecimento da importância da pesquisa em educação verificou-se em 1938, quando se instalou, no Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) "destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos". (Gouveia, 1976, p.136).

As pesquisas em educação, até os anos de 1970, foram permeadas pelo paradigma das ciências naturais, ou seja, do positivismo. Na educação, pois, predominou a pesquisa empírica.

O positivismo aplicado à educação tem três características básicas (Gamboa, 1995, p. 23): a) defesa do dualismo epistemológico – objeto e sujeito da pesquisa não se relacionam no processo; b) a ciência social é livre de valores, neutra ao pesquisador; e c) o objetivo das ciências sociais é encontrar leis gerais, explicativas dos fenômenos sociais.

Iniciou-se na segunda metade do século XIX uma corrente contrária ao positivismo: o construtivismo social, defendendo que os estudos sociais deveriam consistir na tentativa de buscar uma compreensão interpretativa, na qual se leva em consideração a intencionalidade do pesquisador sobre o objeto de pesquisa, com sobreposição daquele a este. Percebeu-se que o dualismo sujeito-objeto, característico no estudo dos fenômenos das ciências naturais, não é adequado às ciências sociais.

Num terceiro momento, por volta do final da década de 1970, outro paradigma se instala nas ciências sociais, argumentando que o objeto desta ciência é histórico, significando que as sociedades

humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que as instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está em constante transformação.

A pesquisa social incorpora um novo conceito no campo científico: “é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. (Minayo, 1986, p. 23). Esta pesquisa sofre, pois, na atividade científica, as contradições de cada época histórica e a influência dos interesses específicos da sociedade.

A educação significa o modo de ver o mundo, colocando-se nele como parte ativa de sua criação ou de sua ordem. Trata-se de ordenar, operativamente, a visão da realidade em função do projeto pessoal e social, mediante o método dialético. (Mendes, 1974, p. 7).

Ao longo dos anos, percebe-se, no Brasil, três tendências predominantes na pesquisa em educação (Gouveia 1976, p. 137): a) na década de 1940 os estudos eram predominantemente de natureza psicopedagógica; b) por volta de 1956, prolongando-se até 1964, a pesquisa procurou focar as condições culturais e escolares, bem como as tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, voltada gradualmente para a elaboração de política educacional para o País; e c) nesse terceiro período, iniciam-se estudos de natureza econômica, incentivados não só por organismos vinculados à administração federal, mas também por fontes externas de financiamento.

As possíveis abordagens e a difícil tarefa da escolha do método

Há três paradigmas² preponderantes de pensamento que se fixaram ao longo dos anos na filosofia da ciência que fundamentam a metodologia aplicada nas pesquisas: o positivismo, o construtivismo social e a teoria crítica (Alves-Mazzotti, 1998, p. 132-141). Fala-se também em pós-positivismo, estruturalismo, funcionalismo, indutivismo e dedutivismo. Porém, essas correntes de pensamento não quebram barreiras científicas, nem operam completa mudança de pensamento; apenas representam facções do próprio positivismo, isto é, que dele decorrem.

Para facilitar a exposição, apresenta-se um quadro teórico dos paradigmas do positivismo, do construtivismo social e da teoria crítica.

O pesquisador que tem como fundamento teórico o Positivismo desenvolverá sua pesquisa assumindo, pretensamente, uma postura neutra perante ela, na qual apenas explicitará as técnicas empregadas, livres de juízo de valor e munido de critérios estritamente objetivos, visando utilizar, na prática, os dados obtidos na pesquisa. Todas as proposições devem ser passíveis de serem testadas empiricamente, pois é isto que confere validade e objetividade à pesquisa. A objetividade é compreendida como a coisificação dos fatos sociais, para possibilitar o conhecimento dos mesmos e, por conseguinte, controlá-los. Os pesquisadores, nesta perspectiva, almejam conhecer o objeto para poder contornar os efeitos que dele advêm. O objeto, então, é o centro de todo o processo. A interpretação é estatística, buscando conhecer a causa dos fenômenos; estes são apenas observados em determinadas condições delimitadas, específicas. A pesquisa busca a formulação de teorias, leis gerais para fatos semelhantes, configurando a utilização da lógica formal neste processo

² Paradigma é um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação. (Khun, 2000, p. 67).

Paradigmas	Ontologia³	Gnoseologia⁴	Epistemologia⁵	Metodologia
Positivismo Teóricos: Comte, Durkheim	<u>Realista</u> : realidade externa ao sujeito regida por leis naturais invariáveis.	<u>Objetividade</u> : o objeto é o centro do processo	<u>Objetivista</u> : conhecer a causa do fenômeno.	<u>Empírico-analítico</u> : hipotético-dedutivo.
Construtivismo social (Teóricos: Kierkegaard, Husserl, Merleau Ponty, Heidegger, Sartre, Ricoeur, Dilthey, Rickert e Weber)	<u>Relativista</u> : realidade é concebida por meio de construções mentais de quem as formula	<u>Subjetividade</u> : o sujeito é o centro do processo	<u>Subjetivista</u> : as realidades existem nas mentes dos sujeitos	<u>Hermenêutico-dialética</u> : confronto entre as construções, para que haja um consenso entre os correspondentes
Teoria crítica Teóricos: Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Althusser, Lukács, Goldmann, Schaff, Lefevre	<u>Crítico-realista</u> : O homem é sujeito e objeto da própria história.	<u>Totalidade do objeto</u> : o sujeito interage com o objeto, para buscar a verdade (inalcançável). Práxis - ação com intencionalidade e consciência.	<u>Subjetivista</u> : o pesquisador busca transformar o real. Relação homem-natureza.	<u>Dialógica/transformatora</u> : aumentar o nível de consciência dos sujeitos, para transformar a realidade

O resultado desse processo é a produção de um conhecimento caracterizado como empírico-analítico, porque a concepção é extraída da realidade afastada de qualquer circunstância que a circunde. Para entender o fenômeno, é mister isolá-lo, eliminando-se qualquer circunstância que dele não faça parte; trata-se de uma análise no plano puro da razão. É imprescindível estabelecer e manter uma separação rígida entre o sistema de valores do cientista e os fatos sociais, objeto de sua observação e análise. (Brandão, 1982, p. 22).

Este enfoque teórico metodológico é caracterizado pela abordagem quantitativa. A essência da abordagem quantitativa é a interpretação estatística dos dados apresentados. O pesquisador limita-se a organizar, tabular e quantificar referidos dados buscando explicitar a causa de sua ocorrência. Mas note-se que essa interpretação é objetiva e neutra; o pesquisador não apõe, em hipótese alguma, o seu juízo de valor sobre os dados apresentados.

O construtivismo social, ao contrário do positivismo, é uma corrente em que o pesquisador é considerado parte essencial no processo, não sendo, pois, neutro a ele. Ao contrário, a reflexão do pesquisador sobre o fenômeno mostra-se mais importante que o próprio objeto em si investigado. A referência neste paradigma é a intencionalidade do pesquisador no processo de investigação de determinado objeto.

³ Ontologia é o estudo do ser enquanto ser, concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. Concepção do homem, da sociedade, da história, da realidade. (Gamboa, 1995, p. 71).

⁴ Gnoseologia é o estudo da origem, organização e validade do mundo das idéias, enquanto representação de coisas objetivamente reais. (Pinto, 1979, p. 67).

⁵ Epistemologia representa a teoria da ciência. Supõe que o conhecimento da realidade já se encontra empiricamente distribuído em diversos campos específicos, conforme o grupamento natural de objetos ou fatos afins, a que o espírito se dedica. (Pinto, 1979, p. 69).

O pesquisador estuda o objeto, procurando entender a realidade, compreendê-la; daí a necessária interpretação subjetiva dos fatos analisados. Por isso, a abordagem dos fatos é qualitativa. “A pesquisa qualitativa rejeita a possibilidade de descoberta de leis sociais e está mais preocupada com a compreensão ou interpretação do fenômeno social, com base nas perspectivas dos atores por meio da participação em suas vidas”. (Taylor; Bogdan, apud Gamboa, 1995, p. 43). O conhecimento é impregnado pela subjetividade. A interpretação se faz com base nas leituras do pesquisador e na sua visão social do mundo. Aqui, também, não há preocupação explícita com o contexto dos fatos, ou seja, com a análise histórica estrutural e conjuntural do objeto investigado. Nesse enfoque teórico metodológico, a teoria do conhecimento – metodologia - é denominada de fenomenológico-hermenêutico.

Husserl, considerado o precursor deste paradigma, aponta que o método de pesquisa opera uma ‘redução eidética, fenomenológica, transcendental’ sobre o objeto, ou seja, a análise deve ir além da simples aparência de objetividade que o fenômeno apresenta; este deve ser apreendido na sua essência, dependendo do rigor analítico do sujeito no plano das idéias (Taylor; Bogdan, apud Gamboa, 1995, p. 34-36).

O sentido de conhecer o fenômeno é de apreender o que o fenômeno realmente representa. A idéia de totalidade, aqui, é de conhecer tudo aquilo que não é imediatamente conhecido pela aproximação imediata do fenômeno, ou seja, a sua essência. Trata-se de uma concepção da existência humana na sua significação mais profunda.

A realidade, nesta perspectiva, é concebida como um problema que tem significância para um ser humano. Implica asseverar que a fenomenologia é um estudo sobre a singularidade desse sujeito. “O que é fundamental na fenomenologia é que há um Eu e uma história. Um eu criador, que se cria e cria o mundo ao seu redor, através do diálogo e da ação”. (Gouveia, 1982, p. 132).

A metodologia, assim, caracteriza-se por transitar do não-conhecer ao conhecer o Eu na sua essência, nas suas manifestações mais profundas. Evidencia-se, pois, que o método parte do conhecer o externo ao sujeito para conhecer aquilo que é extremamente interno a si mesmo.

A teoria crítica, por outro lado, pretende ser síntese superadora dos dois paradigmas anteriores, uma vez que não nega o dado empírico, nem abandona a interpretação do fenômeno, porém alega que esses elementos não são suficientes para a construção do conhecimento científico. Assim, essa teoria admite que tem suas raízes tanto no positivismo, como no construtivismo social. Por isso, tanto a abordagem quantitativa, como a qualitativa podem estar presentes neste processo conjuntamente; uma não exclui a outra.

A busca da essência do fato investigado é histórica, contextualizada, isto é, leva-se em consideração todas as variáveis possíveis que circundam o fenômeno. A principal característica deste paradigma é o ‘ir e vir’ na análise e interpretação dos fenômenos, o que evidencia a presença da dialeticidade no processo. “A dialética diz respeito à apreensão dos processos de pensamento, referindo-os ao curso do seu desenvolvimento, enquanto manifestação da faculdade histórica do animal humano em evolução de captar as leis mais gerais e íntimas da ordem e da atividade dos seres”. (Pinto, 1979, p. 68). Há um movimento de distanciamento do fenômeno para entendê-lo e focalizá-lo dentro do contexto em que está inserido.

A base fundamental dessa teoria é a materialidade do mundo: tudo é matéria em movimento, o que implica afirmar que essa matéria dá origem às idéias do homem. A mudança é decorrente da contradição interna da matéria em movimento. O sujeito é parte da investigação, na mesma proporção do seu objeto. Não há, nesta teoria, uma predominância do objeto em relação ao sujeito, como no positivismo, e nem do sujeito sobre o objeto, como na abordagem do construtivismo social. Estão ambos num mesmo plano de importância no processo investigativo. O sujeito, pois, busca desvendar o conflito de interesses e o conflito das interpretações sobre um mesmo fenômeno. Por isso, a idéia de totalidade é a de captar todas as variáveis que circundam esse fenômeno, para também serem objeto de investigação no processo de pesquisa, entendendo, porém, que a totalidade é inesgotável.

A idéia principal é a da práxis, ou seja, a verificação da teoria se dá pela prática que ela engendra. A práxis é uma categoria epistemológica fundamental desta corrente. A práxis é a ação com intencionalidade. A noção de interação sujeito-objeto é denotada, principalmente, com base na práxis, posto que a prática é realizada, também, pelo pesquisador, o qual é sujeito que está inserido no contexto analisado. Ele faz parte deste contexto globalizado. De fato, é “aprender a reescrever a História através da sua história”. (Brandão, 1982, p. 11).

Neste enfoque teórico metodológico, a abordagem qualitativa está mais presente que a abordagem quantitativa, haja vista que a interpretação dos dados obtidos é caracterizada pela subjetividade, pela proximidade do pesquisador ao fenômeno estudado. Assim, para interpretá-lo, o pesquisador levará em consideração todos os fatores internos e externos que o circundam, inclusive os valores que lhe são atribuídos pela sociedade.

Constata-se, pois, que a pesquisa em educação tanto pode ser desenvolvida no paradigma positivista, como no construtivista e na teoria crítica, dependendo, é claro, do enfoque a ser adotado, haja vista que não se pode ignorar muitas pesquisas em educação que foram realizadas nas duas primeiras perspectivas e que resultaram em trabalhos importantíssimos para as ciências social e humana.

A crítica que se faz, pelo terceiro paradigma, é a de que não é possível realizar pesquisa em educação sem levar em consideração as condições que circundam o objeto de pesquisa, o fato de que não é um fenômeno isolado, distante do sujeito pesquisador que nele está inserido e que, portanto, é histórico. Diferentemente do que ocorre nas pesquisas com base fundamentada no método empírico-analítico. A teoria crítica sustenta a confiabilidade dos seus resultados por tratar de forma mais completa os fatos que ocorrem na realidade. A educação é considerada, pois, uma área que não se pode investigar sem levar em consideração o contexto que a circunda, uma vez que é fenômeno social e, por isso, não pode ser destacada dos fatos circundantes a ela.

A educação tem sido uma importante arena na qual a dominância é reproduzida e contestada, na qual a hegemonia é parcialmente formada e parcialmente quebrada na criação do senso comum de um povo. Assim, pensar seriamente sobre educação, como sobre cultura em geral, é pensar também seriamente sobre poder, sobre os mecanismos através dos quais certos grupos impõem suas visões, crenças e práticas. (Carspecken; Apple, apud Alves-Mazzotti, 1995, p. 139).

Assim, os mecanismos utilizados tanto pelo método empírico-analítico, como pelo fenomênico-hermenêutico não seriam suficientes para explicar os fenômenos sociais, porque estes não são isolados. “A metodologia ocupa lugar central no interior das teorias sociais, pois ela faz parte intrínseca da visão social de mundo veiculada na teoria”. (Minayo, 1986, p. 22). Lembrando-se que quando se fala em método nas ciências humano-sociais, fala-se na forma de construção do conhecimento nessas áreas. (Rodrigues; Neves, 1998, p. 30).

De fato, a teoria crítica é a que oferece maiores condições de realizar a pesquisa social e trabalhar qualitativamente com os dados obtidos, para, ao final, responder às hipóteses antepostas, possibilitar a compreensão mais abrangente dos fatos na realidade e abrir caminho para ações transformadoras. O objetivo desta corrente é justamente conhecer para transformar o real, caso contrário não haveria sentido científico na pesquisa social.

O pesquisador em educação poderá, então, valer-se de um destes três referenciais teóricos para desenvolver sua pesquisa: o positivismo, o construtivismo social e a teoria crítica. Porém, independentemente do paradigma a ser utilizado pelo pesquisador, o projeto de pesquisa deve apresentar: a) o problema (o que será investigado); b) os procedimentos metodológicos (quais os instrumentos que serão utilizados para alcançar os resultados); e c) a justificativa da pesquisa (porque o estudo é relevante e em que contribuirá para o mundo científico e social).

Desta forma, o pesquisador, ao intentar uma pesquisa, deve se ater ao referencial teórico, ao enfoque teórico metodológico e à definição do seu problema, para então começar a trilhar os passos de sua investigação. “O referencial teórico de um pesquisador é um filtro pelo qual ele enxerga a realidade, sugerindo perguntas e indicando possibilidades”. (Luna, 1988, p. 74).

Qualquer observação pressupõe um critério para escolher, entre as observações possíveis, aquelas que supostamente sejam relevantes para o problema em questão. Estas idéias e interesses correspondem, em ciência, às hipóteses e teorias que orientam a observação e os testes a serem realizados. (Luna, 1988 p. 4).

Método x técnicas procedimentais, instrumentos de coleta e análise de dados: confusão ou interação?

Método é o caminho a ser percorrido pelo pesquisador em seu processo investigativo; implica concepção filosófica e ideológica de mundo. Diferencia-se das técnicas procedimentais, porque estas são os instrumentos empregados para a efetivação da pesquisa, utilizando-se, portanto, de bases empíricas, qualquer que seja o paradigma escolhido, para a coleta de dados. O método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, preceitos para se construir conhecimento científico. (Andery, 1988, p. 6).

Pode-se afirmar, então, que técnicas procedimentais são, exemplificativamente: estudo de caso, levantamento bibliográfico, pesquisa experimental, pesquisa documental etc.

Os instrumentos de coleta e análise de dados podem ser: entrevistas, análise documental, análise de conteúdo, uso de estatística descritiva, entre outros. Estes instrumentos podem ser empregados no estudo de caso, por exemplo, que por sua vez poderá estar sendo realizado segundo uma abordagem específica.

Estruturando-se os conceitos: abordagem dialógica-transformadora (método); estudo de caso (técnica procedimental) e entrevistas, análise de conteúdo (instrumentos de coleta e análise de dados).

O pesquisador não poderá escolher nenhuma técnica, sem antes apontar o seu referencial teórico. Ou seja, fundamentando-se no referencial teórico, no problema proposto e na perspectiva metodológica eleita, o pesquisador identificará quais os procedimentos mais adequados ao estudo do fenômeno investigado. Isto porque cada paradigma – referencial teórico – aponta as maneiras pelas quais a pesquisa é desenvolvida.

As decisões metodológicas são pura decorrência do problema formulado e este só se explica devidamente em relação ao referencial teórico que deu origem a ele. Qualquer tentativa de confronto entre métodos e técnicas de pesquisa, portanto, só poderá ser resolvido levando-se em conta os objetivos contidos no problema e a capacidade de explicação do referencial teórico. (Luna, 1988, p. 74).

Quando se fala em metodologia, refere-se à teoria do conhecimento que fundamenta os métodos, o caminho a ser traçado pelo pesquisador; é o estudo destes métodos. Estes são, pois, o caminho que o pesquisador irá traçar. Assim, por exemplo, o sujeito que deseja pesquisar o professor em sala de aula deve levar em consideração primeiramente: a) que postura, especificamente, do professor se quer analisar e por que; b) se esse problema é relevante para o mundo científico; e a partir destes dados, identificar por meio de qual método a pesquisa se desenvolverá. Os instrumentos viáveis – técnicas – são decorrência da escolha do método. Têm-se os métodos empírico-analítico, o fenomenológico-hermenêutico e o dialógico-transformador.

Aplicabilidade do método na pesquisa em políticas públicas educacionais

A teoria crítica é, então, a que melhor explica os fenômenos sociais cientificamente, uma vez que os interpreta não como expressão de uma situação estática, mas como parte de um todo que é o próprio processo, repleto de contradições e interesses conflitantes, oferecendo a possibilidade de, numa atividade interpretativa, compreendê-lo. “Apenas na perspectiva da mobilidade, da transformação e, por conseguinte, da caducidade inevitável de todo existente e substituição do velho pelo novo, é possível dar sentido lógico a algum aspecto da realidade”. (Pinto, 1979, p. 72).

Assim, a pesquisa em políticas públicas educacionais poderia obedecer a três postulados básicos: a) desenvolver-se em função da política educacional e do progresso das ciências aplicadas à educação no País; b) compreender, além da pesquisa empírico-analítica, a obra do pensamento, caracterizada pela reflexão filosófica em busca das raízes de inteligibilidade da educação, de suas categorias e de seu processo, bem como pelo esforço de síntese; e c) ser analítica, mas também prospectiva, preocupando-se não apenas com a explicação das estruturas e sistemas em funcionamento requeridos pelo desenvolvimento brasileiro. (Mendes, 1974, p. 3)

A educação pode ser vista e analisada sobre vários aspectos: os fatos, as instituições (englobando aí os aspectos pertinentes à natureza jurídica, à organização acadêmica e gestão, o funcionamento do ensino superior, o papel do Estado na educação e perante as instituições públicas e privadas), os sujeitos, as idéias entre outros. Todos esses aspectos podem ser pesquisados na ótica das políticas públicas educacionais. Evidente que, aqui, não se pretende esgotar o assunto, nem mesmo apontar todas as possibilidades existentes na área aptas à pesquisa, mas apenas fornecer algumas pistas e encaminhamentos do que pode vir a ser pesquisado.

Desta forma, numa atividade investigativa, o pesquisador pode se valer dos postulados de quaisquer das teorias aplicadas à pesquisa, sobretudo aquela que melhor explica os fenômenos sociais, pois que estão inseridos num contexto de contradições e interesses divergentes, ou seja, a teoria crítica.

Considerações finais

A pesquisa em educação integra a grande área da pesquisa em ciências sociais. Por isso, atestar que os fenômenos são parte de todo um processo, que ocorre num determinado espaço e determinado tempo, fazendo com que esses fenômenos sejam considerados históricos e, portanto, devendo ser analisados levando-se em consideração todas as variáveis que o circundam, inclusive aquelas que são invariáveis.

O questionamento e a compreensão desses fenômenos que circundam o fato principal pesquisado é relevante e essencial, para que a pesquisa seja considerada científica e possa, naquelas condições, ser desenvolvida.

A construção do conhecimento científico é um caminho árduo, complexo, porque deve ser realizado coerentemente com a fundamentação teórica apontada e o método escolhido pelo pesquisador. Os resultados devem ser passíveis de serem refutados sob os mesmos pressupostos e caminhos percorridos pelo pesquisador que será rebatido. É essa a característica intrínseca do fazer ciência; sem tais elementos não é possível afirmar a confiabilidade dos resultados obtidos.

O pesquisador, em ciências sociais, principalmente em educação, deve se despir de qualquer preconceito em relação à metodologia traçada, e empenhar-se em construir algo que é eminentemente científico. As influências estranhas à sua perspectiva metodológica devem ser desconsideradas na realização da pesquisa e podem, eventualmente, ao final da mesma, servir como parâmetros na discussão dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / EDUC, 1988.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER. **O método nas ciências sociais e naturais**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1997.
- GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. **A pesquisa educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.
- GOUVEIA, Maria Alice Fonseca. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 3, p.127-147, ago. 1982.
- KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LUNA, Sérgio V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.66, p.70-74, ago. 1988.
- MENDES, Durmeval Triqueiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 1974, v.60, n.136, p.481-495, 1974.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: EPU, 1986.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RODRIGUES, Maria Lucia; NEVES, Noemia Pereira (orgs.). **Cultivando a pesquisa**. São Paulo: Unesp, 1998.